



- AUTARQUIAS E AMBIENTE

- PLANTAS MEDICINAIS

- INCINERADORAS E EMISSÁRIOS SUBMARINOS

SERRA DEVASSA

- Conhecer para Proteger -

Integrado no projecto «Conhecer para proteger», no primeiro dia do mês de Junho realizou-se uma mini-conferência, subordinada ao tema «Vulcão das Sete Cidades», proferida pelo Prof. Doutor José Fernandes, da Univ. dos Açores, e que teria sido procedida de uma visita de estudo à Serra Devassa - Sete Cidades, não fosse o estado do tempo que obrigou ao seu adiantamento para o dia 10 daquele mês.

Não obstante, cerca de meia centena de pessoas pôde, através



de um passeio pedestre, tomar contacto com a beleza ímpar da paisagem, em particular com as Lagoas Empadadas, que se insere, por Decreto Regulamentar de 1989, na Zona de Paisagem Protegida das Sete Cidades.

De referir, por último, que todas estas visitas de estudo, tanto as já realizadas como as por concretizar este ano, são directamente apoiadas pela Direcção Regional do Ambiente.

OFERTAS

Várias têm sido as doações feitas, aos Amigos dos Açores, este ano. Entre elas, destacam-se a oferta de dois livros sobre Ornitologia que pertenceram ao Engº José Maria Álvares Cabral, por parte de sua filha, e uma contribuição no valor de dez contos, de um grupo de estagiários de Biologia da Escola Secundária Domingos Rebelo, resultado da venda de plantas durante o Dia Mundial do Ambiente.

Alguns associados também têm oferecido publicações para a biblioteca e um número significativo, voluntariamente, aumentou o valor da sua quotização anual.

A todos, o nosso muito obrigado e que o seu exemplo seja seguido por muitos mais.

ACTIVIDADES

No dia 18 de Maio realizou-se um passeio pedestre ao biótopo do Programa Corine «Ponta do Cintrão», com a participação de 26 pessoas.

No dia 29 de Maio os Amigos dos Açores colaboraram com o grupo de Educação Física da Escola das Laranjeiras na iniciativa «Mês de Maio - Mês do Coração», através de uma «Caminhada na Natureza». Participaram cerca de 40 pessoas

Nos dias 5 e 6 de Junho, a convite da Junta de Freguesia da Maia, os Amigos dos Açores estiveram presentes na Escola Primária da Lombinha e na sede da Junta de Freguesia da Maia, onde dinamizaram uma sessão de projecção de diapositivos sobre questões ambientais. No primeiro dia assistiram todos os alunos da Escola e no segundo os que frequentam a «Educação de Adultos».

Na primeira quinzena de Julho realizou-se o levantamento fotográfico das principais grutas vulcânicas de S. Miguel. Este trabalho foi a conclusão do iniciado o ano transacto com o projecto «Biospel - S. Miguel 90».

PUBLICAÇÕES PARA VENDA

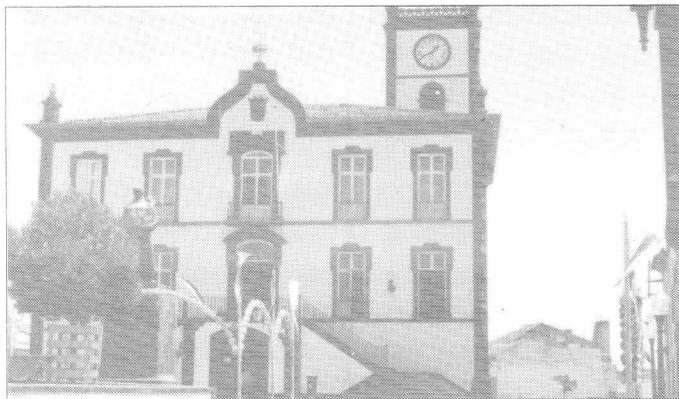
| | Assoc./quotas em dia | Outros |
|--|----------------------|---------|
| ESTADO ACTUAL E PERSPECTIVAS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NOS AÇORES Francisco M. S. Botelho | 100\$00 | 200\$00 |
| FAUNA DO NOSSO AMBIENTE (3)-0 POLVO José Contente | 100\$00 | 200\$00 |
| MONOGRAFIA DO PICO DA PEDRA, Gilberto Bernardo | 200\$00 | 300\$00 |
| CATÁLOGO DAS PLANTAS VASCULARES DOS AÇORES, Rui Telles Palhinha | 300\$00 | 400\$00 |
| INTRODUÇÃO AO ESTUDO E OBSERVAÇÃO DE AVES Nuno Oliveira | 200\$00 | 270\$00 |
| AS FLORESTAS TROPICAIS, Charles Secrett | 550\$00 | 650\$00 |
| A ENERGIA NUCLEAR DEPOIS DE CHERNOBILL, Amigos da Terra | 600\$00 | 700\$00 |
| GUIA ANTIMILITARISTA Nº 2 | 200\$00 | 250\$00 |

Todos os pedidos deverão ser acompanhados por cheque ou vale postal dirigido a:
AMIGOS DOS AÇORES • Apartado 29 • 9500 PONTA DELGADA

O PAPEL DAS AUTARQUIAS NA DEFESA DO AMBIENTE

SEGUNDO A LEI PORTUGUESA

«Todos os cidadãos têm o direito a um ambiente humano e ecológicamente equilibrado e o dever de o defender, aliás de acordo com o consignado no artigo 66º da Constituição, bem clara a responsabilidade que a todos implica a



incumbendo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva» (1). Assim fala a designada Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87 de 7 de Abril), deixando desde logo,

defesa do Ambiente, definido na mesma Lei como «o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do

homem» (2).

Dos vários instrumentos da política de Ambiente citados na Lei de Bases do Ambiente, destacam-se, devido à sua particular relação com as autarquias, os planos regionais de ordenamento do território e os planos directores municipais, bem como o licenciamento prévio de todas as actividades potencial ou efectivamente poluidoras ou capazes de afectarem a paisagem (3). O licenciamento final de certas obras e trabalhos, nos termos da lei, está condicionado ainda à aprovação de um estudo de impacto ambiental (4).

A própria iniciativa da classificação e conservação de áreas protegidas ou classificadas poderá

também partir da administração local ou até de particular, enquanto a regulamentação da sua gestão competirá, consoante o seu âmbito, à administração local (5).

A competência da administração local na defesa do Ambiente é indubitável, devendo o Governo e a administração regional e local articular entre si a implementação das medidas necessárias à prossecução dos fins previstos na Lei de Bases do Ambiente (6), o que poderá mesmo passar pela criação, a nível municipal, de organismos com o objectivo de coordenar a sua aplicação (7).

A administração local tem assim um amplo e importante papel a desempenhar na defesa do Ambiente em geral e da

Qualidade de Vida dos cidadãos em particular. A este respeito, cite-se ainda a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei nº 10/87 de 4 de Abril), onde se pode ler que «As autarquias locais e as associações de defesa do ambiente deverão colaborar nos planos e acções que respeitem a protecção e valorização da natureza e do ambiente» (8).

No entanto e como se sabe, o cabal cumprimento desse papel não é fácil - quer porque, quase sempre, os recursos financeiros e humanos da administração local são muito reduzidos, quer porque, muitas vezes, os próprios autarcas têm uma formação muito deficiente ou nula em política do Ambiente.

Neste contexto, parece-

nos de salientar a importância de todas as iniciativas que contribuam de algum modo para colmatar aquela que é a grande lacuna e o grande obstáculo à implementação de uma verdadeira e conseqüente política de Ambiente: a consciencialização ecológico-ambiental do poder, em particular e neste caso do poder autárquico.

(1) LBA, Artigo 2º, ponto 1

(2) LBA, Artigo 5º, ponto 2, alínea a)

(3) LBA, Artigo 27º, ponto 1, alíneas e) e h)

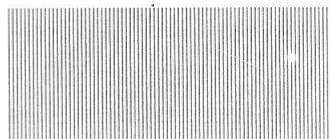
(4) LBA, Artigo 30º

(5) LBA, Artigo 29º, pontos 3 e 4

(6) LBA, Artigo 37º, ponto 2

(7) LBA, Artigo 38º, ponto 2

(8) LADA, Artigo 8º



POLÍTICA

A propaganda oficial pretende fazer crer que todos nós somos responsáveis pelo desequilíbrio ecológico. Nós não somos réus nem responsáveis. As causas primeiras da crise residem nas orientações políticas, económicas e sociais que condicionam o comportamento individual de todo o cidadão. Como ecologistas, somos pela participação das pessoas em todas as decisões sobre tudo o que lhes disser respeito. Não aconselhamos ninguém a ficar de braços cruzados já que as acusações aos grandes responsáveis não devem fazer esquecer coisas muito mais pequenas e quotidianas.

Como estamos em véspera de eleições e porque há problemas cuja solução depende de decisões políticas, as propostas, que a seguir faço dizem respeito a possíveis tomadas de

posição:

1 - Não hesite em «meter-se em política» para defesa da Vida;

2 - Não colabore no desperdício que significam as gigantestas campanhas de cartazes publicitários usadas pelos partidos políticos. Escreva para os partidos e organismos oficiais propondo outro método não tanto agressivos;

3 - Forme «Grupos de Pressão» com os seus amigos e vizinhos com o objectivo de intervir junto das mais diversas instituições com vista à solução de problemas locais;

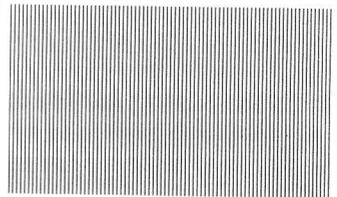
4 - Participe nas realizações dos Organismos de que seja membro. Não deixe que os outros decidam por si;

5 - Adira aos grupos de ecologistas e de defesa da natureza e da vida selvagem. Assine e colabore com as publicações ecologistas.

Não queria terminar

sem transcrever um conselho dado, por Sicco Mansholt, a todos os jovens quanto à orientação a dar à sua vida: «Que não vivam como eremitas e menos ainda como santos. Que amem a vida, o teatro, as artes, a cultura. Que defendam o futuro das gerações vindouras não desbaratando o solo, nem a água, nem os recursos naturais que um dia lhes faltarão. E que não se esqueçam das palavras do poeta T. S. Eliot: «Assim acaba o mundo, não por uma detonação brutal, mas gemendo do-cemente».

T. Braga



PLANTAS MEDICINAIS, O SEU USO AO LONGO DOS TEMPOS

É antiquíssimo, perde-se na noite dos tempos, o esforço do homem para compreender e depois usar as plantas como alimento e como medicamento.

Na antiga China, os sacerdotes não só se ocupavam da religião mas também do estudo e emprego das plantas medicinais. No livro «PENTSAO-CANG», um verdadeiro tesouro da botânica medicinal, encontram-se mais de onze mil preparações tendo por base produtos do reino vegetal.

Os ideogramas sumérios, datados de aproximadamente 2500 a. c., enumeram vários «medicamentos» de origem vegetal e os assírios tinham pelo menos 250 espécies na sua farmacopeia.

No Egito dos Faraós, nos famosos papiros de EBERS, uma compilação de obras anteriores datadas de 2600 a 2100 a. c., encontram-se enume-

radas uma grande quantidade de doenças e as respectivas ervas recomendadas para a cura.

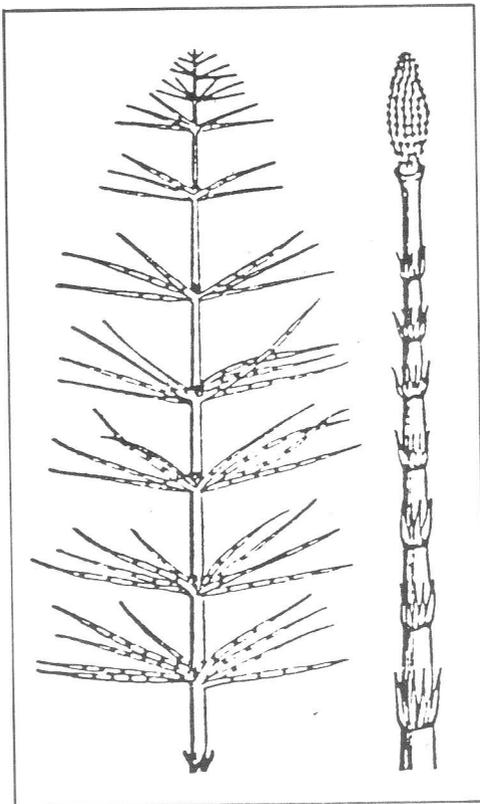
Segundo Danièle Laberge, na Bíblia o termo erva aparece mencionado 17 vezes. O próprio rei Salomão é autor, segundo a história, de um magnífico herbário. Em João 19, 29 é mencionado o facto de ter sido dado a Jesus hissopo (símbolo da purificação). Os ervanários de então e de hoje usam-no no tratamento de feridas já que aquele protege-as contra as infecções e favorece a sua cura.

Entre os antigos gregos destacaram-se quatro

homens: Aristóteles, Hipócrates, Teofrasto e Dioscórides.

Os gregos e, mais tarde, os romanos foram os grandes herdeiros dos conhecimentos

Egípcios. Aristóteles estudou história natural e botânica. Hipócrates (fins do século V, princípios do século IV a. c.) considerava a alimentação o principal remédio para a doença, acreditava que o corpo humano é, em grande parte, autocurativo. Conhecia de 300 a 400 plantas com propriedades medicinais. Teofrasto, discípulo de Platão e de Aristóteles (372-287 a. c.) é autor de uma «História das Plantas», publicação que teve uma profunda influência no desenvolvimento da medicina e da botânica durante quase vinte séculos. Agrupou cerca de 500 plantas, tendo-as estudado no seu aspecto exterior, habitat, uso, etc.. Dioscórides, que viveu



no início da era cristã, é autor de uma obra «De Matéria Médica», um autêntico protótipo das nossas grandes farmacopeias. Conhecia cerca de 600 plantas que dividia em quatro grupos: aromáticas, alimentares, medicinais e as que serviam para fazer vinho.

Na sua «História Natural», Plínio - o Antigo - explica-nos o que foi o herborismo romano. Dos 37 volumes constituintes da sua monumental obra, oito são dedicados às plantas medicinais.

Galeno, nascido em Pérgamo, na Grécia, no

ano de 130 e falecido em 202 em Roma deu um grande contributo aos conhecimentos farmacêuticos, sendo as suas fórmulas (preparações galénicas) ainda hoje usadas, embora com alterações.

Com a queda do Império Romano do Ocidente e durante toda a Idade Média, apenas através da labuta de alguns monges e freiras, conhecedores do latim e do grego, se manteve parte da cultura antiga e foram os religiosos que cultivaram alguns grandes jardins de plantas medicinais para tratamento de doentes. Graças ao seu contacto com o mundo árabe, onde se destacaram Avicena, Avenzoar e Ibn-el-Beithar, a chamada «Escola de Salerno» exerceu um papel destacado, dando um contributo considerável aos progressos da medicina do seu tempo. Deste período destacaram-se, no século XII, a abadessa Santa Hildegarda e o abade Alexander Neckam de Cirencester que escreveram acerca das virtudes de algumas plantas.

Com o Renascimento uma nova concepção de vida surge no mundo ocidental. A valorização da observação e experimentação, as viagens para as Índias e América originaram um novo surto de progresso no domínio da botânica e conseqüentemente no conhecimento do uso das plantas para os mais diversos fins.

Paracelso, no início do sec. XVI, tenta estudar e descobrir a «alma» das plantas, da qual supõe proceder o seu poder curativo. O famoso médico suíço tenta estabelecer relações especulativas entre as virtudes medicinais das plantas e as suas propriedades morfológicas, sua forma e cor.

O italiano Andrea Mattioli, contemporâneo de Paracelso, descreve 100 novas espécies e comenta a obra de Dioscórides.

No sec. XVII o farmacêutico Nicholas Culpeper escreve uma obra intitulada «The Complete Herbal» que é, em parte, uma tentativa para conseguir comercializar a produção do seu jardim, em Londres. Culpeper acreditava que havia uma relação íntima entre os planetas e as plantas, tendo em 1650 afirmado: «nenhum homem pode ser médico se não for mestre em astrologia». Ainda neste século, culminando todos os anteriores esforços de

classificação, o botânico sueco Lineu estabeleceu no seu «Systema Natural» uma exaustiva classificação das plantas conhecidas até então.

No século XVIII, Jean Batiste Lamarck, além de outras obras, publica a «Enciclopédia Botânica» e a «Ilustração dos Géneros».

Já no nosso século o prestigiado médico francês H. Leclerc (1870/1955) introduz o conceito de fitoterapia como sendo «a ciência que se ocupa do emprego das plantas medicinais (ou dos seus extractos) no tratamento dos doentes».

Em Maio de 1978, uma resolução da XXXI Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde determina o início de um programa mundial com o fim de avaliar e utilizar os métodos da medicina popular, nos quais se inclui o recurso à fitoterapia.

De 21 a 26 de Março de 1988 é aprovada pela International Consultation on Conservation of Medicinal Plants, organizada pela World Health Organization, I U C N e W W F, a Declaração de CHIANG MAI que chama a atenção das Nações Unidas, suas agências e estados membros, organizações não governamentais, etc., para:

1 - a importância vital das plantas medicinais no cuidar da saúde;

2 - a crescente e inaceitável perda destas plantas medicinais devido à destruição do seu habitat e práticas insustentáveis de recolha;

3 - o significativo valor económico das plantas medicinais utilizadas actualmente e o grande potencial do reino vegetal para a produção de novos medicamentos;

4 - a contínua perturbação e perda de culturas indígenas que muitas vezes têm conhecimentos que levam à descoberta de novas plantas medicinais que podem beneficiar toda a comunidade;

5 - a necessidade urgente de cooperação internacional para estabelecer programas de conservação de plantas medicinais a fim de assegurar quer quantidades adequadas estejam disponíveis para futuras gerações.

RESERVAS NATURAIS DAS BAÍAS DA PRAIA, DE S. LOURENÇO, DOS ANJOS E DA MAIA, NA ILHA DE ST^a MARIA

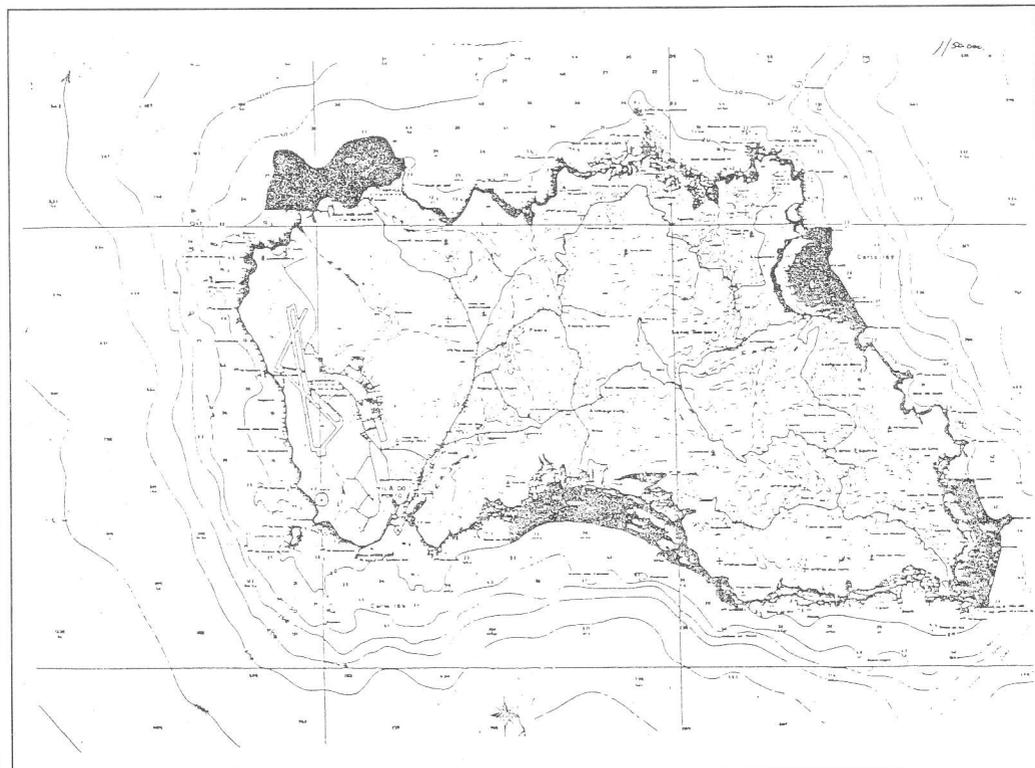
Com o objectivo de proteger «as riquezas naturais de grande valor «e permitir a sua protecção e exploração ordenada» foram criadas pelo Decreto Legislativo Regional nº 7/87/A, de 29 de Maio, as Reservas Naturais das Baías da Praia, de São Lourenço, dos Anjos e da Maia, na ilha de Santa Maria.

De acordo com o artigo 3º do referido decreto são proibidas nas áreas das Reservas as seguintes actividades:

a - apanha de algas para fins industriais;
b - colheita de material geológico ou ar-

queológico ou a sua exploração sem autorização do Governo Regional;
c - toda a pesca de arraste, troy e com redes de emalhar;
d - apanha de carangueijo, lapa e cracas (poderá ser autorizada, desde que não haja o risco de extinção da espécie).

Segundo o artigo 9º o Governo Regional deveria elaborar os regulamentos das Reservas no prazo de seis meses a contar da publicação do decreto que as criou (18 de Março de 1987).



Incineradoras e emissários submarinos, duas formas de esconder o problema da contaminação

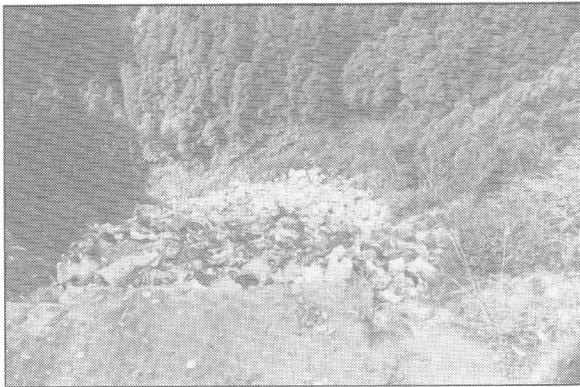
À medida que a pressão da opinião pública aumenta, os governos e as indústrias vêm-se obrigados a fazer algo. Não importa o quê, desde que possam cortar uma fita no acto de inauguração e dar a impressão de que estão a resolver os problemas. Ao lado desta nova atitude que consiste em vender a imagem de

ecologismo, surgiu uma florescente indústria que se dedica à construção de instalações como incineradoras e emissários submarinos ou à «gestão» de resíduos.

O ecologismo enfrenta agora um novo desafio, porque a actual estratégia da indústria não se traduzirá numa melhoria global para o ambiente mas apenas em desviar os problemas dos olhos dos cidadãos. Vamos referir-nos a dois aspectos: as centrais de incineração de resíduos

tóxicos ou urbanos e os emissários submarinos.

A queima de resíduos, quer urbanos, quer industriais, começou na Europa



Central e nos Estados Unidos nos anos 50 e 60. Enquanto que nestes países a incineração é hoje contestada por múltiplos sectores sociais e está em declínio, os governos e as indústrias querem começar a introduzi-la noutros países.

Hoje, quer-se queimar tudo, como se isso fizesse desaparecer o problema. A realidade é, contudo, muito diferente. Durante o processo de incineração, uma parte importante dos contaminantes são emitidos para a atmosfera e a outra fica nas

cinzas. A contaminação não desaparece, passa do estado sólido ou líquido ao gasoso. Os metais pesados, por exemplo, não se destroem durante a incineração. Os filtros devem ser renovados periodicamente, transformando-se no fim da sua utilização em novo meio de contaminação.

Durante o processo de combustão, as substâncias orgânicas podem converter-se em compostos ainda mais tóxicos do que os que entram nos fornos. A presença de dioxinas e furanos é uma constante nas emissões das incineradoras.

As cinzas tóxicas são outro problema grave gerado pela incineração. No caso dos lixos, do total que se queima, 40% permanece nas cinzas. O que, no princípio, era uma série de produtos separáveis e recicláveis, converteram-se no final do processo num «cocktail»

Incineradoras e emissários submarinos, duas formas de esconder o problema da contaminação

(Conclusão)

tóxico que deve ser tratado como resíduo perigoso. Mas o principal argumento contra a incineração é ético. Os países industrializados não

podem continuar a viver numa sociedade de desperdício e opulência, graças à exploração de recursos pertencentes a toda a humanidade. Não é eticamente aceitável que usemos, tiremos

e queimemos milhões de toneladas de objectos de consumo, perante os olhos de 80% da humanidade que apenas atinge os níveis de sobrevivência.

Diversas empresas ao longo das costas pretendem iludir a necessidade urgente de reduzir, na origem, a quantidade de resíduos tóxicos que produzem, construindo enormes tubos que se introduzem no mar para lançar os efluentes. A justificação mais habitual para os emissários submarinos é que quanto mais

afastado da costa se faz o lançamento maior será a diluição. É fácil compreender que se uma empresa lança 100 Kg de mercúrio



por ano ao mar, não importa o comprimento de tubo por onde corre aquele produto, o resultado final é sempre 100 kg de mercúrio que são postos no mar.

Há uma razão mais política para este tipo de obras. Trata-se de limpar a própria imagem, afastando o foco de contaminação do lugar onde se situa a empresa.

A construção de emissários também se faz para os efluentes urbanos. Esta é uma forma económica de evitar os custos da separação dos resíduos indus-

triais dos estritamente urbanos e proceder à sua depuração.

Em diversos países europeus, e em alguns estados dos E. U., está-se a combater o problema dos resíduos de outra forma, fazendo com que se deixem de produzir na origem. A razão desta nova política de resíduos está no fracasso e na crescente

oposição às «pretensas» estações de tratamento que são as incineradoras e os emissários submarinos.

(condensado de um texto do movimento Greenpeace)

Contacto: GREENPEACE
Apartado N.º 849 F. D.
20080 Madrid

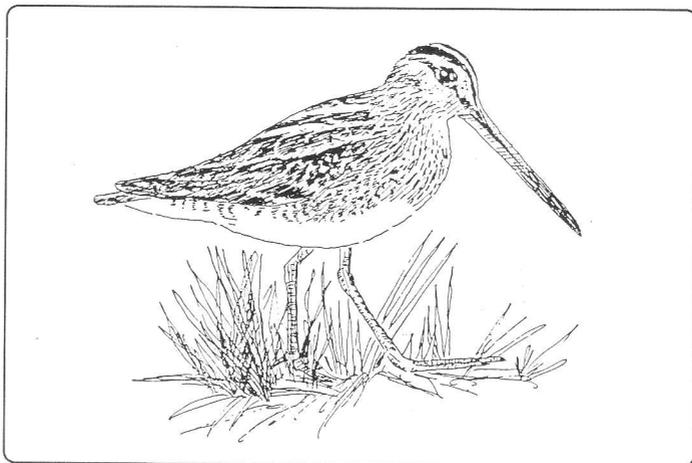
AVES

NARCEJA (*Gallinago gallinago*)

Nos Açores nidifica nos prados húmidos de altitude. Alimenta-se de pequenos invertebrados e de alguns vegetais que encontra na terra mole onde o seu bico sensiti-

vo consegue penetrar.

A parada nupcial começa em Abril e é caracterizada por um ruído, emitido pelas retrizes do macho durante o voo picado, que faz lembrar a voz trémula das cabras.



A postura é geralmente de quatro ovos de fundo verde-azeitona com manchas cinzentas e castanho-escuro. A incubação dura 20 dias e os jovens depen-

dem dos adultos durante mês e meio. A sua ecologia, nos Açores, é mal conhecida e tal como o seu biótopo particular, merecia uma protecção absoluta.

(adaptação de um texto de Gerald Le Grand)

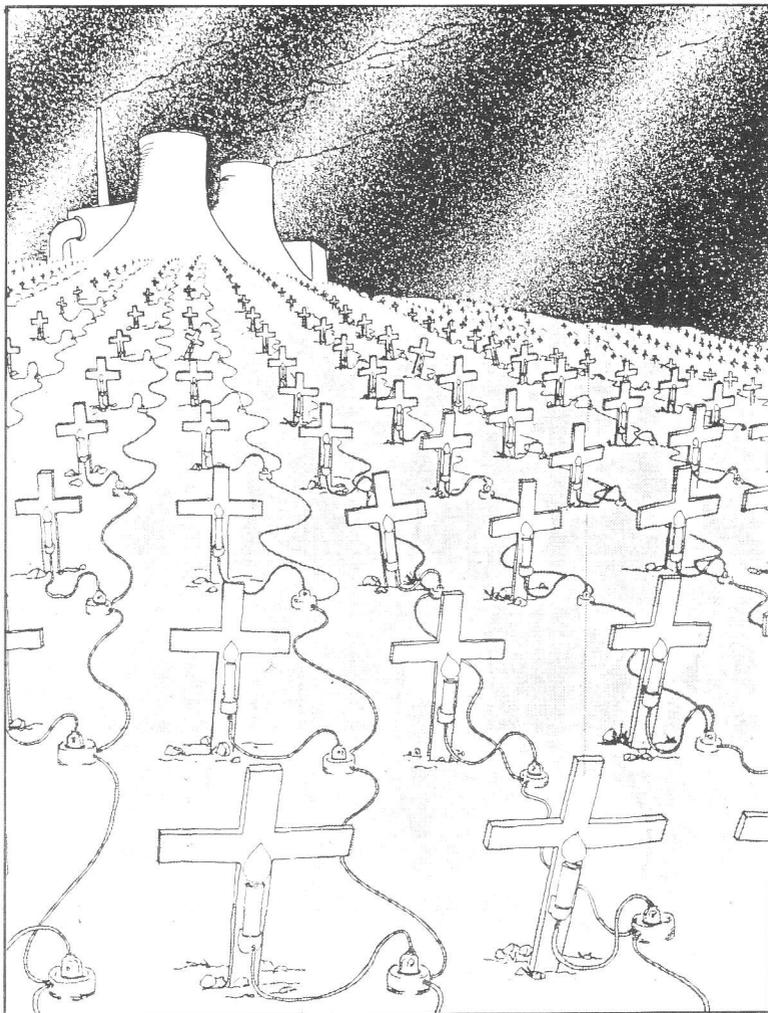
ENDEREÇOS:

CORRESPONDÊNCIA: APARTADO 29
9500 PONTA DELGADA

SEDE: Av.da Paz, 14 (Edifício da Junta de Freguesia)
Pico da Pedra
9600 RIBEIRA GRANDE

CONTACTOS TELEFÓNICOS: 91774 (Teófilo Braga)
31820 (George Hayes)
27245 (Gualter Cordeiro)

HUMOR



zōto ti eirenikē epápmōth tēi thypnikēi enēptēlāi !
long live the peaceful application of nuclear power !
vive l'utilisation pacifique de l'énergie nucléaire !
es lebe die Nutzung von der Atomenergie für zivile Zwecke !

gōcti tēs yns FOE Greece

Este Boletim foi editado com o apoio da
Direcção Regional do Ambiente - SRTA